



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS  
AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - Bairro CIDADE JARDIM - CEP 30380000 - Belo Horizonte - MG

**PORTARIA PRE Nº 4, DE 09 DE JANEIRO DE 2024**  
**Alterada pelas Portarias PRE nºs 80/2025 e 330/2025**

Dispõe sobre a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão – CPAI – do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e revoga as Portarias nº 127, de 12 de maio de 2023, e nº 255, de 31 de julho de 2023, ambas da Presidência.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso L do art. 17 da Resolução TRE-MG nº 1.014, de 16 de junho de 2016, o Regimento Interno,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que “Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).”;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução TSE nº 23.381, de 19 de junho de 2012, que institui o Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral;

CONSIDERANDO o disposto no art. 26 da Resolução CNJ nº 401, de 16 de junho de 2021, que estabelece as competências da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão,

**RESOLVE:**

Art. 1º A Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão — CPAI — do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, instituída pela Portaria nº 31, de 1º de março de 2018, da Presidência, e regulamentada pela Portaria nº 127, de 12 de maio de 2023, da Presidência, passa a reger-se pelo disposto nesta portaria.

Art. 2º A Comissão de que trata o art. 1º será composta pelos representantes indicados pelas unidades, constantes do Anexo desta portaria.

§ 1º A Presidência da Comissão será exercida pelo Juiz Auxiliar indicado pelo Presidente deste Tribunal.

§ 2º A função de Secretário da Comissão será exercida por representante da Seção de Acessibilidade e Inclusão — SACES.

§ 3º O Presidente da Comissão, em sua ausência, será substituído pelo titular da SACES.

Art. 3º O Presidente da Comissão poderá delegar poderes ao Secretário para dirigir as reuniões e coordenar as atividades da Comissão.

Parágrafo único. Caberá ao Secretário relatar periodicamente ao Presidente da CPAI o andamento dos trabalhos.

Art. 4º A CPAI será composta, necessariamente, por servidores das áreas de acessibilidade e inclusão, sustentabilidade, gestão estratégica, engenharia ou arquitetura, gestão de pessoas e tecnologia da informação, conforme art. 25 da Resolução CNJ nº 401, de 16 de junho de 2021, podendo ainda ser indicados servidores de outras unidades do Tribunal.

§ 1º A CPAI será composta por servidores com deficiência e por servidores sem deficiência, garantindo, tanto quanto possível, a representação das formas de deficiências existentes.

§ 2º Os integrantes da CPAI dedicarão, no mínimo, 2 (duas) horas semanais de sua jornada aos trabalhos da Comissão.

§ 3º A CPAI reunir-se-á sempre que necessário, devendo o Secretário lavrar ata em todas as reuniões.

Art. 5º São atribuições da CPAI:

I — propor, orientar e acompanhar, no âmbito estratégico, as ações que atendam aos objetivos estabelecidos no Programa de Acessibilidade deste Tribunal, voltadas à eliminação de quaisquer formas de discriminação e à remoção de barreiras de qualquer natureza que dificultem às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida o acesso autônomo e seguro às instalações e aos serviços da Justiça Eleitoral de Minas Gerais;

II — propor à Presidência do Tribunal a edição ou alteração de normas e orientações sobre matéria da área de atuação da Comissão;

III — aprovar e encaminhar ao Tribunal Superior Eleitoral, conforme disposto no art. 11 da Resolução TSE nº 23.381, de 19 de junho de 2012, o relatório anual de atuação da Comissão, elaborado pela SACES.

Art. 6º Eventuais modificações na estrutura orgânica do Tribunal ou na nomenclatura de suas unidades não prejudicarão a participação dos componentes na Comissão, salvo alterações substanciais nas atribuições das unidades.

Art. 7º Caberá ao Presidente da Comissão a nomeação, a substituição ou o desligamento de componente, indicado pela respectiva unidade, por meio de documento no Sistema Eletrônico de Informações — SEI.

Art. 8º Ficam revogadas:

I — a Portaria nº 127, de 12 de maio de 2023, da Presidência;

II — a Portaria nº 255, de 31 de julho de 2023, da Presidência.

Art. 9º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 23 de janeiro de 2024.

**Des. Octavio Augusto De Nigris Boccalini**  
**Presidente**

**ANEXO**

(a que se refere o *caput* do art. 2º da Portaria PRE nº 4, de 9 de janeiro de 2024, da Presidência)

**MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**

<b>Componente</b>	<b>Função</b>
Juiz Auxiliar indicado pela Presidência	Presidente
Representante da Seção de Acessibilidade e Inclusão — SACES/CRS	Secretário
Titular da Seção de Acessibilidade e Inclusão — SACES/CRS	Membro
Representante da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica — SGG	Membro
Representante da Seção de Gestão Sustentável e Inovação — SGESU/CRS	Membro
Representante da Secretaria de Gestão de Pessoas — SGP	Membro
Representante da Assessoria Administrativa da Corregedoria — AACRE	Membro
Representante da Secretaria de Tecnologia e Informação — STI	Membro
Representante da Secretaria de Gestão de Serviços — SGS	Membro
Representante da Secretaria de Comunicação Social — SCS	Membro
Representante da Coordenadoria de Gestão da Informação — CGI/DG	Membro
Representante de Cartório Eleitoral (Capital)	Membro
Representante de Cartório Eleitoral (Interior)	Membro